

Força-tarefa contra ocupação irregular

RACHEL LIBRELON

DA EQUIPE DO CORREIO

Vigilância rígida nos 397 pontos de invasão e ocupação irregular de terras no Distrito Federal. Não haverá tolerância para novas construções em loteamentos ilegais. Moradias ou benfeitorias erigidas em Áreas de Proteção Permanente (APPs) serão demolidas. Essas e outras medidas para conter o avanço de condomínios de baixa, média e alta renda foram anunciadas ontem pelos secretários de Segurança Pública, general Cândido Vargas, e de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Cássio Taniguchi.

Entre as novidades está a criação de uma força-tarefa, composta por cinco secretarias e oito órgãos do Governo do Distrito Federal (GDF). A equipe deverá cadastrar as construções que já existem, fiscalizar e demolir, quando for o caso. Fazem parte da força-tarefa as secretarias de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Segurança, Transportes, Desenvolvimento Social e Trabalho e Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. Entre os órgãos, estão as

companhias Imobiliária de Brasília (Terracap), Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) e Serviço de Limpeza Urbano (SLU).

A Secretaria de Segurança vai ajudar na fiscalização e no apoio em caso de retiradas. Se for necessário, adiantou o secretário de Segurança, ações como a do Parque das Vaquejadas vão se repetir. "Quem vendeu é criminoso, mas quem comprou não é santo, sabia que a área era pública", disse o governador José Roberto Arruda, na terça-feira, sobre a derrubada no Parque das Vaquejadas.

Setores habitacionais consolidados receberão tratamento mais cauteloso. Os casos serão estudados individualmente. "O que for possível ser regularizado, será. O que não for, vai ser demolido", afirmou Cássio Taniguchi. O governo afinou o discurso de que não haverá diferenciações entre condomínios de pobre e de ricos. A promessa é não admitir nem a proliferação de barracos nem o avanço de casas sobre a orla do Lago Paranoá. Para evitar o crescimento das invasões, a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia de Saneamento



MORADORES DO DEL LAGO AMEAÇAM REAGIR À OPERAÇÕES DE REMOÇÃO

Ambiental do DF (Caesb) não serão autorizadas e instalar água e luz nos loteamentos ilegais.

A presidente da União dos Condomínios Horizontais do DF, Júnia Bittencourt, concorda que deve-se colocar um freio na expansão dos setores habitacionais. Mas defende que a responsabilidade pela situação não deve ser atribuída somente aos moradores. "Sempre houve convivência do governo e sinalizações de que a regularização viria", comentou.

Del Lago

No que depender dos moradores do Condomínio Del Lago, no Itapoã, desocupar a área de 150 hectares onde vivem 25 mil pessoas

será uma "ação de morte". O prefeito comunitário do Itapoã, João Silva, disse que a comunidade vai reagir a qualquer tentativa de retirada. "Ninguém vai conseguir demolir quase 10 mil casas. Colocamos 10 mil moradores para lutar contra cada mil policiais que chegarem aqui", disparou.

O governo não definiu como cumprir a determinação da 1ª Vara Cível de Sobradinho, que mandou remover os ocupantes. "São necessários mais de mil policiais e seis meses para conseguir executá-la. Não temos nada planejado", explicou o general Vargas. Segundo o subsecretário de Vigilância do Solo e da Água, tenente-coronel Djalma Lins, o governo respondeu à Justiça que não há lugar para levar as pessoas a serem retiradas.

A Procuradoria Geral do DF informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ainda não julgou o último recurso colocado pela Procuradoria. Trata-se de um Embargo de Declaração, ou seja, pedido para que a decisão judicial seja revista. Enquanto o embargo não for decidido, o GDF não é obrigado a agir. A advogada dos donos da área, Perpétua Ribas, diz que o Embargo de Declaração foi julgado no final de 2006.